



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL EDMAR ARRUDA

PROJETO DE LEI Nº , DE 2011
(Do Sr. Edmar Arruda)

Altera a Lei nº 6.015, de 1973, que “dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências”.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O artigo 290 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973 passa a vigorar acrescido do § 6º conforme a redação abaixo:

“**Art. 290**

.....

§ 6º É responsabilidade do Cartório de Notas e de Registro de Imóveis alertar o beneficiário, ou seu representante legal, sobre o benefício de que trata o *caput* deste artigo, podendo, para tanto, ser afixada placa indicativa sobre a redução do valor das custas em local visível.

.....”

Art. 3º Ficam revogadas todas as disposições contrárias.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Na hora da aquisição da casa própria, muitas pessoas desconhecem que, além dos custos com o imóvel em si – geralmente realizados através de financiamentos bancários – e com os impostos devidos, terão de arcar igualmente com pesadas custas cartorárias para a formalização e registro do bem adquirido.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
DEPUTADO FEDERAL EDMAR ARRUDA

As despesas obrigatórias variam conforme o preço do imóvel e o estado do País. Além dos impostos municipais, o comprador paga a escritura, o contrato e o registro dele no cartório. Somente em Curitiba, capital do Paraná, tal taxa pode chegar a R\$ 1.200,00 (mil e duzentos reais).

No entanto, numa leitura mais atenta da legislação específica, a Lei nº 6.015/1973, podemos verificar a existência de um benefício, estabelecido pelo seu art. 290, que assim dispõe: *“Os emolumentos devidos pelos atos relacionados com a primeira aquisição imobiliária para fins residenciais, financiada pelo Sistema Financeiro da Habitação, serão reduzidos em 50% (cinquenta por cento)”*.

Contudo, poucas pessoas sabem sobre a existência de tal benefício legal. Além disso, de acordo com a associação dos cartórios, é o comprador que precisa avisar que se encaixa nos requisitos na hora de fazer o financiamento do imóvel e pedir o desconto. Isso não é admissível.

Assim, é nesse contexto que a presente proposta se mostra necessária, pois assegura aos cidadãos que adquirem seu primeiro imóvel essa justa economia de recursos com o desconto nas custas dos atos que devem praticar para registrar seu recém-adquirido bem.

Nesse sentido, entendo que a afixação de placa nos estabelecimentos cartoriais alertando aos seus usuários sobre a existência desse benefício irá facilitar a vida de milhões de brasileiros, principalmente na atual conjuntura de crescimento econômico, quando mais e mais pessoas passam a ter acesso a sua primeira moradia própria.

Sala das Sessões, em de 2011.

Deputado **EDMAR ARRUDA**
Vice-Líder do PSC na Câmara dos Deputados